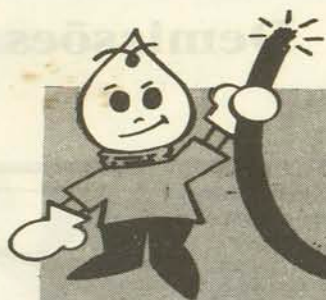




Limbarviva

SETOR ELÉTRICO
VIOLENCIA
As punições continuam

Nº 157 14/11/91

Proposta de acordo coletivo de trabalho das empresas do grupo Eletrobrás apresentadas na audiência de conciliação do TST:

REAJUSTE SALARIAL: As empresas reajustarão os salários de seus empregados em 110% sobre os salários praticados em 31 de outubro de 91. A partir de 1º de novembro será aplicada uma política salarial oficial (a da lei 8.222/91) com reajustes quadrimestrais. As empresas se comprometem ainda a avaliações quadrimestrais dos salários.

REPRESENTANTES SINDICAIS: Serão eleitos pelos trabalhadores na proporção de um para cada grupo de 200 trabalhadores, em cada empresa. Eles não serão liberados do trabalho.

CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL: As empresas se comprometem a descontar o valor estipulado, desde que não haja oposição do empregado.

POLÍTICA DE AVALIAÇÃO SALARIAL: As empresas garantem que vão continuar fazendo avaliação periódica da situação dos salários praticados, procedendo, quando for o caso, os reajustes e antecipações a esta avaliação que será feita no decorrer de cada quadrimestre a contar de 1º de novembro.

CLÁUSULAS REMANESCENTES: As cláusulas constantes da Pauta Nacional Unificada dos Trabalhadores, não incluídas expressamente neste acordo, são retiradas, com exceção da cláusula que trata da garantia de emprego, única a ser julgada pelo TST.

Empresas apresentam proposta de acordo ao CNE. Assembléias vão discutir

Depois de 30 horas dentro do Tribunal Superior do Trabalho, o Comando Nacional dos Eletricitários conseguiu arrancar uma proposta de acordo das empresas do Grupo Eletrobrás (veja box), em uma audiência de conciliação. Apenas a cláusula de garantia de emprego será julgada pelo TST no dia 18 de novembro. Até o dia 18 acontecerão assembléias para discutir e deliberar sobre esta proposta

As empresas chegaram a apresentar uma proposta melhor do que a que se chegou no final das tratativas, mas recuaram em função da posição intransigente do Ministro João San-



tana. Um dos maiores retrocessos, no entender do CNE, foi o corte da liberação dos dirigentes sindicais: agora

apenas um dirigente de cada sindicato terá liberação.

Com relação às cláusulas econômicas, o CNE avalia que os resultados foram razoáveis, com o reajuste de 110% sobre os salários de outubro. Quanto às cláusulas específicas da Eletrosul, a Intersindical ainda vai procurar a empresa para tratar da questão. Depois disso, serão realizadas assembléias para discussão

e deliberação por parte da categoria.

Resultado proporcional à mobilização

Mauro Pasos Guimarães, presidente do Sinergia, e que participou pelo Comando Nacional dos Eletricitários de todas as reuniões de negociação com a Eletrobrás, e das tentativas de acordo patrocinadas pelo TST acredita que o resultado da campanha deste ano é o reflexo do afastamento da categoria das negociações.

Na pauta específica aos funcionários da Eletrosul ele acredita que as enormes dificuldades devem ser debitadas a dois fatores: "a total apatia da categoria e a gestão Gazaniga, que se caracteriza como uma diretoria que não reconhece o sindicato, seu papel".

Na pauta nacional, o que se observa agora, ao final do processo, diz Mauro Passos é que uma das estratégias das empresas foi de evitar a negociação franca e aberta, "apostando desde o início no impasse, afim de acionar o TST. Um fato lamentável e que tirou todo caráter de negociação da campanha deste ano".

O resultado de tudo isto, entende o presidente do Sinergia, é a "redução nos avanços sociais, onde praticamente nenhuma cláusula nova foi acordada. Este é um ataque claro à organização dos trabalhadores e um retrocesso jamais visto, negando conquistas históricas do setor, como a liberação de dirigentes sindicais e o aumento de delegados sindicais. Voltamos no tempo".

Sob o aspecto econômico, o índice atingido repõe as perdas do período, mas também, segundo Mauro, "foi

preciso se atingir a intervenção da Justiça do Trabalho, coisa que era possível de se acertar numa mesa de negociação. Isto enfraqueceu o próprio grupo Eletrobrás. Eles tinham condições econômicas para dar o que deram, desde o começo. Mas por falta de autonomia e centralização do poder no governo federal, a Eletrobrás acabou perdendo a sua força por causa desta dependência".

Para Mauro Pasos o caminho agora é recuperar o grau de mobilização que a categoria já teve no passado. "As pessoas terão de pensar melhor a respeito dos seus salários, pois com o processo inflacionário que está aí, a cada mês o poder aquisitivo vai diminuir. A questão da estabilidade dificilmente será atendida pelo TST da forma como tínhamos até então. Isto vai deixar todo mundo sob a ameaça de demissão. As pessoas terão que repensar a própria organização sindical. Que sindicato elas querem: atrasado ou de ponta? Terão de pensar na sua disposição de suportar o ônus de manter sua entidade atuante. Então, ou pelo bolso, ou pela ameaça de perder o emprego, teremos todos que parar e pensar."

Mauro acredita haver algo de positivo nisto tudo. "Todos terão que discutir com seriedade o que querem e terão de expressar seus anseios. Isto poderá contribuir para o crescimento político da categoria e tirá-la da apatia e imobilismo que a tomou este ano".

6 E 7 DE DEZEMBRO

Sinergia faz congresso

Os eletricitários de Florianópolis e região terão oportunidade de analisar a situação real da categoria e definir o programa de trabalho do Sinergia, nos próximos dias 6 e 7 de dezembro quando vai se realizar, pela primeira vez, o Congresso dos Eletricitários de Fpolis e Região, promovido pelo Sinergia. Além disso é também finalidade do congresso analisar as condições de funcionamento e desenvolvimento da sociedade brasileira.

Para atingir estes objetivos serão realizados dois painéis de debates. O primeiro sobre conjuntura e movimento sindical, com discussões sobre as centrais sindicais e suas concepções. Para participar deste painel já foram convidados Luiz Antonio Medeiros, da Força Sindical, e Jair Meneghelli, da CUT. O segundo painel tratará da Justiça do Trabalho na atualidade brasileira e sua relação com o movimento sindical. Para participar deste debate serão expe-

didos convites para o presidente do TST, Napoleão Guimarães Falcão e para um representante da CUT que fale sobre contrato coletivo de trabalho.

Estes dois painéis irão subsidiar os debates das teses e contribuições apresentadas pela direção do Sinergia e pela categoria, bem como trabalhos em grupo e discussões em plenária.

Aqueles que querem apresentar contribuições e teses deverão inscrevê-las até dia 19 de novembro. Os temas destes trabalhos devem estar relacionados com os do congresso ou ainda sobre modificações estatutárias ou sugestões para o plano de ação do sindicato. Serão escolhidos delegados por departamentos na Celesc e Eletrosul. O prazo de inscrição dos delegados é 27 de novembro. Para maiores informações procurar o representante sindical na empresa ou no Sinergia.

ELETROSUL

Desapropriação em Guaíra

O prefeito de Guaíra está ameaçando desapropriar 98 lotes da Eletrosul no seu município. Ele quer forçar uma definição sobre os bens da empresa abandonados com a desativação do canteiro de obras da Usina de Ilha Grande, adida pelo governo federal para 2020.

Há muito tempo Mário Barbosa, prefeito de Guaíra, tenta negociar com a Eletrosul a finalização de uma ponte entre seu município e Mundo Novo(MS) e dar uma destinação justa a uma escola, 300 casas e outras instalações abandonadas pela empresa. Até agora porém, a direção da empresa não deu nenhuma resposta. Por isto o prefeito decidiu considerar as propriedades de interesse público para fins de desapropriação.

O município é pobre e não tem dinheiro para desapropriar mas com o decreto ele criou uma situação comprometedor para a empresa e espera com isto que a Eletrosul se disponha a discutir a questão. A comunidade quer implantar um colégio agrícola ou uma faculdade de pesca na escola. Na área junto ao Rio Paraná pensam instalar tanques para produção de alevinos. Acreditam também ser possível instalar uma cooperativa de bóias-frias e nas casas construídas implantar um projeto para dar moradia para famílias de baixa renda.

O conjunto residencial e o canteiro de obras tem asfalto, água encanada, energia elétrica, rede de telefonia e esgotos com a respectiva estação de tratamento.

NO SENADO

CNE discute Setor Elétrico

João José Cascaes Dias, empregado da Eletrosul, está ocupando uma das duas cadeiras conseguidas pelo Comando Nacional dos Eletricitários, na Subcomissão de Energia do Senado. A subcomissão, presidida pelo senador Teotônio Vilella Filho, pretende encaminhar até o final do ano um projeto de lei propondo reforma no setor elétrico.

A primeira reunião aconteceu dia 7 de novembro e prosseguir nos dias 18 e 19 de novembro quando serão discutidas as premissas e diretrizes gerais de cada item da minuta de projeto de lei, com o objetivo de identificar os pontos convergentes ou não e os aspectos não contemplados na proposta. O relatório que sairá desta reunião subsidiará juristas e o senador para elaborar o texto da lei.

Cascaes alerta que existem vários fóruns em Brasília tratando da revisão institucional do modelo do setor elétrico como, por exemplo, a Comissão de Energia da Câmara dos Deputados além de estudos e projetos de vários deputados e senadores sobre o assunto. E lembra que o projeto do senador Vilella não será a interpretação que os trabalhadores do setor tem sobre o assunto.

CELESC

Demissões são repudiadas

Os funcionários da Celesc estão contra a privatização da empresa e vão exigir cumprimento do acordo coletivo e de leis trabalhistas que estão sendo desrespeitados. Isto foi decidido pelas assembleias realizadas em todo Estado esta semana, cujas principais deliberações são as seguintes;

Demissões

É unânime o repúdio às demissões. Principalmente porque, pelo acordo deste ano, a Celesc concordou com a garantia no emprego. As assembleias estranharam que esta cláusula, que garantiu o retorno de muitas pessoas, esteja sendo descumprida justamente pelos que dela se beneficiaram. Ficou claro que ninguém acredita no ardil de dizer que as demissões são de contratados. Os funcionários demonstraram saber que grande parte destas pessoas tem vínculo empregatício garantido pela Justiça do Trabalho.

Por isto as assembleias decidiram deflagrar uma campanha de intensa mobilização da categoria, com reuniões em locais de

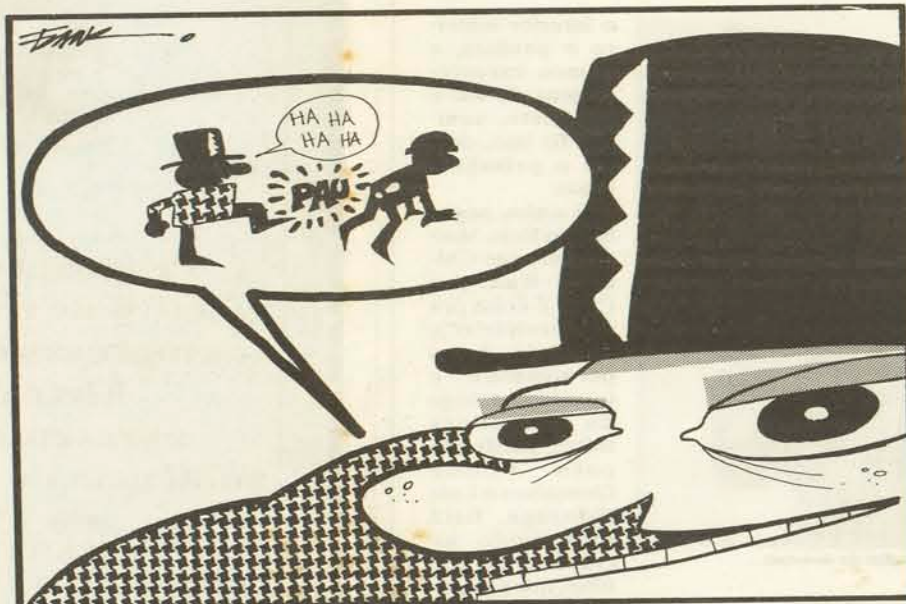
política junto ao Judiciário, Governo do Estado, Assembleia Legislativa e Prefeituras. Acreditam os trabalhadores que com isto será possível pressionar a direção da empresa a cumprir de fato o acordo por ela assinado.

Lei Trabalhista

Outro problema discutido nos encontros desta semana foi o descumprimento da legislação trabalhista sobre as antecipações previstas pela Lei 8.222/91 (18% até três

salários mínimos, retroativo a outubro) que a Celesc espera decisão do TST. Também foi discutida a questão da periculosidade e horas-extras. Os celesquianos definiram que além de forte campanha de mobilização, os Sindicatos devem entrar na Justiça como substituto processual.

Outras duas resoluções foram tomadas na assembleia: nas áreas de risco só devem trabalhar pessoas que sejam capacitadas e ninguém deve entrar nestes locais desacom-



Eleições na CELOS

Serão empossados no dia 27 de novembro os conselheiros recém eleitos para a Fundação Celos. Em dezembro, conforme cláusula do acordo coletivo de trabalho com a Celesc, será promovida nova eleição para escolha de mais três conselheiros. A Intersindical apoiará candidatos.

Horário "In Itinere"

O pessoal que tem que se locomover por longas distâncias para chegar ao local de trabalho na Eletrosul, já está ganhando ações na Justiça, para fazer valer como hora de traba-

lho desde o momento em que sai de casa. A ação chamada horário "in itinere" foi ganha por sete trabalhadores de Erechim, quem têm que trabalhar em Itá. Eles ganharam uma ação no valor de 82 milhões de cruzeiros já depositados pela empresa. Cinco trabalhadores de Aratiba, que também viajam a Itá diariamente, ganharam ação no valor de 17 milhões de cruzeiros que ainda não foram depositados. Outros 16 empregados que moram em Concórdia e trabalham em Itá também tiveram ganho de causa cujo valor está em fase de cálculo.

Natal na Caiera

O Grêmio e Escola de Samba Consulado e a Associação dos Moradores da Caiera está com

uma campanha de arrecadação de livros, jornais, revistas, listas telefônicas, sucatas, etc, para vender e com este dinheiro fazer uma festa de natal para as crianças carentes da comunidade do Caiera. Informações pelo telefone 31-70-00 ramal 7438.

Mafersa é vendida por menos de 40 bilhões

O governo segue no seu ímpeto furioso de privatizações. Desta vez foi a Mafersa que foi leiloada pela Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, sendo arrematada por Cr\$ 35,9 bilhões pelo Fundo de Pensões da Rede Ferroviária Federal. A Mafersa esteve para ser privatizada durante o governo Sarney, mas

Privatização

A grande discussão das assembleias porém foi a respeito da privatização da empresa, repudiada com emoção por todos. Muitos empregados deixaram claro em suas intervenções que a direção está fazendo um discurso liberal enganoso sobre o assunto. Outros lembraram que o uso de subterfúgios faz com que a Celesc inicie o processo pelas margens, para causar menos impacto. Mesmo assim já privatizou setores essenciais como o Centro de Manutenção e Distribuição de Itajaí; o de iluminação pública e o de corte e religação, no entanto vem recusando efetivar pessoas que já tem vínculo empregatício reconhecido pela justiça do trabalho. NC As assembleias debateram a função social que exerce uma empresa pública como a Celesc e concluíram que para combater este processo deve ser iniciada uma grande campanha. A Intersindical se reunirá, em Joinville, no dia 20 de novembro, para debater com mais profundidade o assunto e posteriormente levará este debate para os locais de trabalho. A Intersindical vai denunciar a privatização publicamente e cobrará do Governo e Deputados o posicionamento contrário anteriormente assumido por eles.

Dentro do mesmo quadro as assembleias entenderam ser uma "safadeza" a consignação em juízo, pela firma interposta, do salário dos leituristas. Os sindicatos vão cobrar um posicionamento da Diretoria da Empresa e mobilizarão seus esforços políticos e jurídicos para esclarecer e reverter a situação. "O momento continua crítico e cada um deverá usar sua inteligência e sua energia e reagir contra este futuro que está ameaçado. Agora é tomar posição e organizar a luta nos locais de trabalho e em conjunto com trabalhadores de outras categorias para um provável enfrentamento", conclui Arno.

TRIBUNA

livre

Empréstimos da ELOS

Noé Rodrigues de Almeida
Empregado da Eletrosul

A fundação resolveu cobrar, a título de "taxa administrativa", o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do empréstimo que os participantes firmarem com ela. Trocando em miúdos, a taxa que não existia cobra cinco mil cruzeiros para cada milhão emprestado.

O valor alto cobrado para administrar 1 ou 2 papéis é apenas uma evidência da absurda decisão tomada. O verdadeiro absurdo é a existência de taxa de administração, quando se sabe que pelo último parecer atuarial divulgado que "...é de competência da patrocinadora,...os gastos administrativos pagos com recursos da ELOS,...". Ocorre que Gazaniga e seus confrades nomeados para a ELOS andaram, nas palavras do atuário, interpretando precipitadamente uma lei não regulamentada (8020/90), e decidiram não repassar à ELOS o que é devido "...nos termos do plano de custeio vigente quando da entrada em vigor da referida lei,...". A intenção/obsessão dessas criaturas era, e ainda continua, onerar a ELOS para "enxugar" a Eletrosul, e agora vêm cobrar dos participantes "...a sobrecarga administrativa de competência da patrocinadora...". Por acaso a ELOS cobra "taxa de administração" nas operações (mais de 15 bilhões de cruzeiros) com a Patrocinadora?

(Com a palavra a Confraria)

Não às chantagens de Collor

Delman Ferreira
Diretor do Sinergia

O Brasil retoma o indesejado ritmo da inflação galopante, da ameaça hiperinflacionária, da ciranda financeira, da recessão aguda e tantas outras coisas detestáveis para a maioria do povo. É verdade que sempre há quem ganhe com esta situação e há, também os que ganham sempre.

O país inteiro vêm com certo espanto o que acontece e, com mais espanto ainda, a apatia, a pasmaceira que toma conta do Executivo. Agora já dá para entender (para quem não viu antes) porque Collor era evasivo nos seus discursos de campanha quando prometia acabar com a inflação. Agora dá para perceber porque Collor não conseguiu sequer a confiança de alguns setores tradicionalmente conservadores, como o empresariado. Collor segue um projeto orientado pelas classes dominantes mas política para aplicá-lo não sabe o que fazer com a país, e conduz a economia como que leva um caminhão sem freio em uma ladeira. Só que o caminhão está carregado com o povo brasileiro.

Já não bastam jet-skis, nem vãos em jatos, ou corridas atléticas para conseguir a imagem de que tudo vai bem. Não dá mais para esconder que o Brasil vai mal e que, certamente, o pior está por vir se não for processada rapidamente uma inversão na política econômica e institucional. Há que se colocar o Brasil ladeira acima.

O que não se pode é conviver com a chantagem que o governo tenta fazer, no sentido de um pacto social. As chantagens emocionais deixamos para Zélia e Bernardo. O que se precisa é de medidas políticas concretas.

A CUT está lançando para a sociedade a discussão sobre a convocação de eleições gerais no país, antecipando o plebiscito sobre o parlamentarismo (esta última questão já descartada pelo Senado). Independente do mérito, coisa que deve ser ainda discutida profundamente por todos os trabalhadores, a iniciativa da CUT é importante. Parte da constatação de que assim como está não dá para ficar. O governo Collor é um elogio à incompetência, à arrogância e à irresponsabilidade, e se o povo for conivente com isso...

Há que se dar um basta à política de Collor. Antes que vendam outras Usiminas, antes que acabem com o parque produtivo estatal, antes que a miséria aumente, antes que o desemprego se multiplique, antes que vendam o país, antes que chegue a hiperinflação.

A Tribuna Livre é um espaço aberto. As matérias devem ser remetidas para a redação, assinadas, datilografadas, e nunca com mais de 40 linhas de 70 toques. A publicação ficará a critério dos editores.

Sérgio Reis só grava o que vende

Marinela Goulart

Gastão Cassel
Da equipe do Linha Viva

Com 33 anos de carreira, o cantor, compositor e ator Sérgio Reis não mudou muito. "Tenho cantado para o povo, gravado o que o povo quer ouvir, e isso garante meu sucesso", disse ele em entrevista exclusiva ao Núcleo Organizado de Imprensa Sindical - NOIS. E parece que ele sabe o que diz, pelo menos é o que se pode deduzir do seu último disco, todo baseado em temas românticos, ao estilo Leandro e Leonardo.

Sérgio Reis não muda, a realidade é que muda. "Eu preciso competir com isso que chamam de música romântica que é o que estão fazendo com nome de sertanejo, senão não vendo disco", diz sem receios de ser chamado de comercial. Aliás, ele se sente muito a vontade para falar da explosão da música sertaneja urbanizada. "Eu fui o primeiro a usar instrumentos elétricos e orquestra na música regional. Enchi a piscina para eles nadarem", diz orgulhoso o interprete de "Menino da Porteira".

Para Reis, as duplas sertanejas estão fazendo sucesso porque falam a verdade. "O cotidiano do povo é assim como

eles dizem, e isso alegra e alenta o coração do povo", confia. A influência urbana de tais sucessos, no parecer de Sérgio Reis é inevitável, "ninguém pode cantar o que não viveu, e a maioria dos cantores têm vida urbana, e mesmo quem vive no campo sofre a influência dos meios de comunicação".

A música de raiz, "que hoje praticamente ninguém mais faz", é baseada em experiências de quem vivia no campo e por isso cantavam chalanças, boiadas e a natureza. Mas a relação do trabalho de Sérgio Reis com a natureza é, no mínimo, contraditória. Com uma camiseta onde está escrito "Se matar a sucuri o brejo seca", ele afirma que não há ninguém mais chato do que ecologista.

No entanto, Reis se diz ao lado dos que preservam efetivamente a natureza. Além de participar de movimentos pela recuperação do rio Tietê, em São Paulo, ele preserva "na marra" uma área de muitos hectares (que ele não fala quantos) no Pantanal do Mato Grosso. "Comprei uma área do Pantanal e estou construindo um hotel fazenda, e lá ninguém joga nem toco de cigarro", orgulha-se.

Mas na sua música, a ecologia vai mesmo pelo ritmo comercial. "No ano passado gravei um disco falando de tuiuiús e capivaras, porque era o que o pessoal que me viu na novela queria ouvir, e o disco acabou vendendo bem", confirma.

O segredo de vendas de Sérgio Reis, segundo ele, é fazer música regional de uma maneira eclética. "Sempre gravo coisas que servem para muitas regiões. No mesmo disco há guarânias que atendem a fronteiras, música caipira para



O cantor persegue fórmulas de sucesso

o interior mineiro e paulista, e ritmos característicos do sul e nordeste, sempre fiz isso, desde o primeiro disco.

E assim, segue Sérgio Reis. Vende mais que Chico Buarque ("que é coisa pra universitário"), faz dois shows por semana e é o terceiro catálogo da gravadora RCA, perdendo para Nelson Gonçalves e Luiz Gonzaga. Está investindo na carreira de seu filho, que é mem-

bro do grupo de rock Anjos da Noite. Diz que não vai mudar seu estilo "que sempre deu certo". Mas se um novo fenômeno do tipo sertanejo-urbano surgir, certamente alguma coisa diferente vai aparecer na sua carreira.

FARRA DO BOI, O FILME

Boi ou Homem?

Luz Maria G. Silva
Historiadora

A polêmica relativa à Farra do Boi, ocorrida a partir da abordagem sensacionalista da grande imprensa, parece que rendeu mais que algumas cenas no Jornal Nacional. Falo do documentário realizado por Zeca Pires e Norberto Depizzolatti, lançado no último dia 4, no Centro Integrado de Cultura - CIC, em Florianópolis.

"Farra do Boi, o documentário", prima pela singularidade dos depoimentos, onde figuram desde pescadores envolvidos com participantes da brincadeira, até artistas declaradamente contra o folguedo, como Lucélia Santos.

O documentário, dividido em quatro partes - "origens", "preparativos", "tribunal" e "a farra" - permite ao espectador a tomada de posição com relação à farra. Fornece elementos históricos para uma discussão da cultura açoriana e, mais do que isso, esclarece as condições dos farristas, na sua maioria pescadores das pequenas comunidades, como Ganchos.

O que é real e o que é simulação na Farra do Boi afinal? Quem é o sacrificado? O boi ou homem?

Quando a farra foi proibida, e a polícia invadiu o "território livre da Farra do Boi" (Ganchos) para reprimir a brincadeira, em 1988, questões como estas acabaram por se confundir, já que diversas pessoas foram brutalmente espancadas e inclusive um boi foi morto... a tiros pela polícia.

Cada vez mais objeto de discussões apaixonadas, a farra do boi suscita diferentes reações nas pessoas, influenciadas fundamentalmente por uma propaganda tendenciosa da grande imprensa, que opta por esclarecer, mas fornece a condenação da tradição açoriana.

Mais que uma defesa, aliás necessária, o documentário busca esclarecer em que condições ocorre, e que tipo de pessoas se



A Farra é uma tradição da cultura açoriana revivida no litoral catarinense

envolve numa farra. Se isentando da defesa ou acusação, o documentário possibilita um resgate dos costumes tradicionais entre a população de origem açoriana, assim como um panorama de como estas tradições manifestam-se nos dias de hoje.

O boi é sacrifício, é a imolação a uma crença de que, na realidade, boi e homem estão muito próximos, e um precisa vencer o outro. Assim, o homem reafirma sua distância da natureza, reaproximando-se dela e cada investida do boi sobre a multidão de pescadores. É a farra, a festa de uma comunidade que extravasa sua alegria, que faz a apologia do não-trabalho e estabelece uma relação diferente do tempo linear.

Diz a psiquiatra Nise da Silveira, que cotidianamente convivemos com pessoas selvagens, com uma consciência relativa e pes-

soas adiante do nosso tempo. Resta-nos determinar (ou julgar?) se os farristas - na maioria pessoas simples e não violentas - são os selvagens desta história.

Enquanto enquadrarmos o simples pescador como "culpado" por brincar a farra, provavelmente também comemos calmamente um bife no almoço, talvez do mesmo boi presente na farra? Melhor não saber.

Apenas nos resta elogiar iniciativas como a de Zeca e Norberto, que preenchem uma lacuna na história de nossas tradições, história ainda a ser escrita.